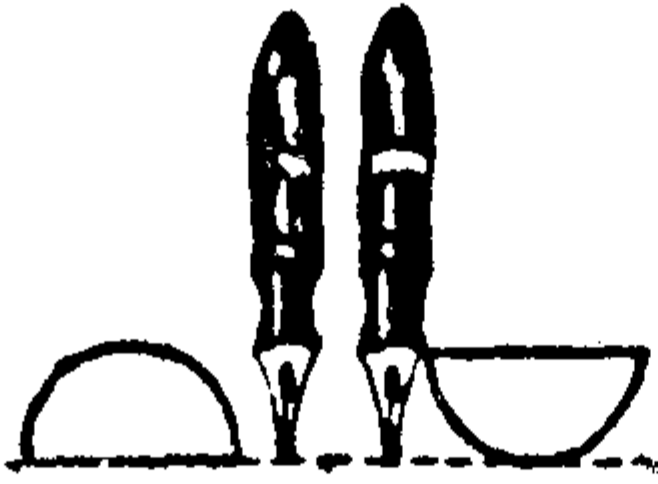


Maioria dos votos é dos governadores

Onde se
escondeu a
maioria de
votos que o
governo diz
reunir na
Constituinte,



quando o plenário começou a decidir sobre o sistema tributário da futura Constituição? O gato comeu. Melhor do que ninguém, o presidente José Sarney sabe que não conta ali-dentro com maioria alguma — nem sólida, nem rala. Conseguiu-a na votação do sistema de governo porque os governadores se aliaram a ele para manter o presidencialismo, e porque o parlamentarismo não deitara fortes raízes entre os constituintes.

No momento em que a Constituinte foi obrigada a escolher entre a União de um lado, e os estados e municípios do outro, deixou Sarney falando sozinho. Pode-se alegar, sempre, que o governo federal entrou muito tarde no jogo de segurar boa parte dos recursos que a União perderá para estados e municípios. É verdade. Cabe, também, a desculpa de que Sarney só perseguiu, unicamente, duas coisas na Constituinte: a derrota do parlamentarismo e o mandato de cinco anos. É verdade. Mas e daí?

Por que o presidente da República não adota logo, e de uma vez, as medidas duras e impopulares, capazes de ordenar a economia segundo conselhos que recebe de vozes à esquerda, ao centro e à direita? Não é só o temperamento hesitante de Sarney que o faz estancar diante do que tem

Acordo por cansaço

Vencido o capítulo sobre sistema tributário, a Constituinte se ocupará do título mais polêmico da futura Constituição — o que trata da ordem econômica. O ex-ministro e deputado Delfim Netto (PDS-SP) acredita que o título acabará sendo aprovado através de um amplo acordo que só deixará de fora as esquerdas mais radicais. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, prefere a via do acordo porque teme o risco de o *Centrão* ressurgir e funcionar como um rolo compressor, aprovando sozinho tudo que lhe interessa. "O cansaço de todos levará ao acordo", acha Delfim.

de ser feito. Ele empaca porque teme perder o mandato de cinco anos, que ainda não obteve. Os governadores estão do seu lado para impedir a eleição presidencial neste ano, que não lhes interessa.

Mas ficariam com Sarney se, de repente, a situação do governo entrasse em parafuso por causa da adoção de um elenco de medidas econômicas amplamente rejeitadas pela sociedade? No dia seguinte à votação sobre sistema de governo e mandato dos sucessores de Sarney, os ministros mais próximos do presidente anunciaram coisas tais como a criação de um novo partido, a formação de um bloco suprapartidário e a reinauguração para valer do governo, que já completaria três anos.

Não aconteceu nada disso. O novo partido foi logo descartado. O bloco suprapartidário só sairá depois da Constituinte, revela o poderoso ministro Antônio Carlos Magalhães. Só depois terá início um novo governo, que incorporará novos ministros e que agirá, sem inibição, para conter o déficit público e controlar a inflação. É de ver se isso, de fato, ocorrerá. Este é um governo que começa e que recomeça regularmente. Anima expectativas para frustrá-las em breve.

Seu próximo recomeço coincidirá com o início da vigência da Constituição que está sendo elaborada. De acordo com o que já foi aprovado pelos constituintes, o governo não poderá mais governar através de decreto-lei — não poderá impor ao país plano econômico algum, sequer a construção de grandes obras sem a prévia autorização do Congresso. Se em mais de três anos não obteve, ali, uma maioria que amparasse suas ações, é duvidoso que a alcance a pouco tempo do seu término.

Cabeça de fora

Até então, o cálculo era aleatório. Algumas lideranças imaginavam que haveria cerca de cem constituintes candidatos em potencial a prefeito de suas cidades. Outras pensavam que o número poderia ser um pouco maior — algo por volta de 120 a 130. Julga o deputado Delfim Netto ter descoberto quantos constituintes, de fato, sonham em disputar as próximas eleições municipais: 166. Foi esse o total de votos obtido por uma emenda à nova Constituição, que permitiria aos municípios tomar "empréstimos extraordinários" a título de enfrentar situações de emergência. A emenda foi derrotada.

20 ABR 1988

Ricardo Noblat